

## Condenação no caso dos contracheques pode superar os R\$ 2 milhões

**Servidores entraram com pedido de indenização contra a Prefeitura**

**MONTENEGRO** – Em reunião realizada na Câmara de Vereadores na última terça-feira, dia 13, o vereador Joel Kerber (PP) questionou o impacto financeiro das condenações judiciais contra a Prefeitura. O encontro também teve a participação do procurador geral do município, Marcelo Rodrigues, da contadora da Secretaria da Fazenda, Tânia Elisa da Motta Brum, e do vereador Valdeci de Castro (PSB). “É difícil precisar quantas serão as condenações, este ano, mas algumas nos preocupam mais, como a do dano moral, pelos contracheques”, frisou o vereador. Joel relacionou também o caso das multas ambientais, citando uma em que o Município terá que pagar mais de cem mil reais, que originalmente era de pouco mais de 50 mil. Na visão de Kerber, este volume de condenações acaba comprometendo as finanças do município.

O Procurador Marcelo Rodrigues explicou que, com relação às questões ambientais, o Município tem a possibilidade, em tempo hábil, de pedir que até noventa por cento da multa ambiental seja repassada ao Conselho Municipal de Defesa



**Prefeitura vai tentar negociar parcelamento para reduzir o impacto nas contas**

do Meio Ambiente (Condema). E quanto à multa, informou que a Prefeitura está discutindo. “Entramos com uma ação de inexigibilidade de débito e pedimos, em liminar, que o Estado não nos coloque em nenhum Banco de restrição de crédito, como a Serasa, o Cadin”, declarou.

Sobre o caso dos contracheques, o atual procurador lamentou que o município terá que arcar, pois já houve condenação pela Justiça e o valor total pode somar cerca de R\$ 2 milhões de indenizações. Inicialmente se projetava a metade deste valor. “Estamos elaborando uma forma proativa de entrarmos regressivamente contra a Caixa

Econômica Federal. Uma Ação junto à Justiça Federal, para tentarmos nos ressarcir deste valor das condenações que estão vindo”, declarou Marcelo Rodrigues. Cerca de cinco anos atrás, servidores municipais entraram com ações contra a Prefeitura alegando terem sido lesados pela divulgação de suas folhas de pagamento, inclusive tendo recebido ofertas de bancos e imobiliárias. Ingressaram então com pedido de indenização por danos morais, sendo que cada autor da ação, em média, deve receber em torno de R\$ 3 mil. Para o vereador Joel Kerber, o município pode arcar com um valor ainda maior, que pode

chegar aos R\$ 3 milhões, já que haverá correção nos valores e além dos 171 que já ingressaram com ação coletiva, outros ainda podem entrar com processo.

Conforme Marcelo, depois que vier a ordem de pagamento, o Município irá tentar negociar com os credores para não desembolsar de uma vez só. “Vamos tentar desembolsar de forma parcelada, para que não prejudique os investimentos do Município, porque não podemos inviabilizar a prestação pública de serviços essenciais, minimizando o impacto. Do contrário irá inviabilizar muitas coisas, inclusive até o salário destes servidores que buscaram esta ação de indenização”, afirma. “Estamos esperando o momento certo para tomar estas providências”, completa. Adiantou ainda que foi aberto um processo de sindicância interna para se apurar as responsabilidades.

Por fim, a contadora da Secretaria da Fazenda comentou que o Município já paga várias questões judiciais, bloqueios judiciais, Restituições de Pequeno Valor (RPV) e precatórios. “Estão reservados no Orçamento Municipal em torno de oitocentos mil reais, todo ano, para pagar, sendo que até agora já passou de quinhentos mil reais o que foi pago”, disse.

guilherme.fatonovo@gmail.com